



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006278-80.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Virginia Deo Biason**
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em entregar em endereço que indicou as faturas relativas ao consumo de energia elétrica de imóvel de sua propriedade.

A ré não negou tal obrigação.

Ao contrário, asseverou que já a vem cumprindo, com a ressalva de que por motivos alheios à sua vontade talvez as faturas não estejam chegando às mãos da autora.

Assim posta a questão debatida, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Os limites da ação são estreitos, circunscritos à obrigação sobre a qual não pairam dúvidas.

Eventuais aspectos outros derivados do mesmo assunto poderão ser suscitados e dirimidos em outra esfera, inclusive com perquirição do efetivo cumprimento pela ré – ou não – da mencionada obrigação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como, porém, esse não é o objeto da causa, inexistente razão para o seu aprofundamento nestes autos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar mensalmente na residência da autora (Rua Fagundes Varela, 230, Vila Marcelino, CEP 13570-594) as faturas relativas ao consumo de energia elétrica do imóvel dela situado na CRT 191B, 327, AL ABATI, CEP 13560-001 (Código 249223).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**